

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE  
DA AMAZÔNIA - IMAZON

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações da mutação do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Diretores e Associados do  
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON  
Belém - PA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("IMAZON" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem Fins Lucrativos.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

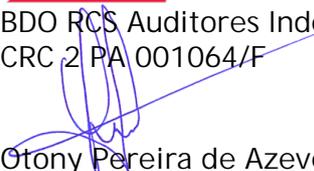


Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 09 de outubro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PA 001064/F

  
Ottony Pereira de Azevedo  
Contador CRC 1 RS 089761/O-3 T/P

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.876	9.337	Fornecedores		45	151
Adiantamentos	5	909	552	Obrigações sociais e trabalhistas		705	627
Valores a receber		<u>7</u>	<u>104</u>	Obrigações tributárias		81	78
		35.792	9.993	Adiantamentos recebidos		101	101
				Obrigações com recursos de projeto	7	<u>33.737</u>	<u>8.018</u>
						34.670	8.975
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	6	1.285	1.465	Obrigações com recursos de projeto	6.b	<u>1.199</u>	<u>1.345</u>
Intangível		<u>64</u>	<u>39</u>			1.199	1.345
		1.349	1.504				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	10	<u>1.272</u>	<u>1.177</u>
						1.272	1.177
<b>Total do ativo</b>		<u><u>37.141</u></u>	<u><u>11.497</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>37.141</u></u>	<u><u>11.497</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

## Demonstrações do superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas Líquidas			
Receitas sem restrições	11	281	592
Receitas com restrições	11	22.372	20.522
Total de receitas líquidas		22.653	21.114
Custos operacionais			
Custos sem restrições	12	(68)	(69)
Custos com restrições	12	(22.372)	(20.522)
Total de custos		(22.440)	(20.591)
Superávit Bruto		213	523
Despesas administrativas	13	(274)	(824)
Déficit antes do resultado financeiro líquido		(61)	(301)
Receitas financeiras	14	290	51
Despesas financeiras	14	(133)	(102)
Resultado financeiro líquido		157	(51)
Superávit (déficit) líquido do exercício		96	(352)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações do superávit do exercício abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit líquido/(déficit) do exercício	96	(352)
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit (déficit) do exercício abrangente total	<u>96</u>	<u>(352)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529	-	1.529
Déficit do exercício	-	(352)	(352)
Incorporação do deficit do exercício	(352)	352	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.177</u>	<u>-</u>	<u>1.177</u>
Superávit do exercício	-	96	96
Incorporação do superávit do exercício	96	(96)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.273</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.272</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(déficti) do exercício	96	(352)
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização do período	<u>22</u>	<u>16</u>
	118	(336)
Variação nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes		
Adiantamentos	(357)	32
Valores a receber	97	209
Fornecedores	(106)	69
Obrigações sociais e trabalhistas	78	153
Obrigações tributárias	3	22
Obrigações com recursos de projeto	<u>25.718</u>	<u>(5.835)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	25.552	(5.686)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(13)</u>	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(13)	-
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>25.539</u></u>	<u><u>(5.686)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.337	15.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	34.876	9.337
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>25.539</u></u>	<u><u>(5.686)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto” ou Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, — conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 3 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2023 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma:

- (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e
- (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

## 2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão do Instituto) foi autorizada pela Administração em 09 de outubro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, que é o método tradicionalmente utilizado para mensurar os ativos e passivos. De acordo com este princípio, os ativos são registrados pelo seu custo de aquisição, enquanto os passivos são registrados pelo valor pelo qual foram originalmente incorridos.

No entanto, é importante destacar que os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Isso significa que as mudanças no valor justo desses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem, quando aplicáveis.

Esta abordagem de mensuração visa fornecer informações relevantes e confiáveis sobre a situação financeira da Entidade, refletindo de forma adequada o valor econômico dos seus ativos e passivos.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 06 - imobilizado: vida útil utilizada na avaliação da depreciação;
- Nota explicativa nº 08 - contingências: litígios com perspectiva de desembolso financeiro.

e. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas para empresas consideradas de grande porte com vigência a partir de 2021. Aspectos destas normas, quando inclusas no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, poderá afetar as demonstrações do Instituto. A Administração oportunamente irá avaliar os efeitos de novas normas tão logo sejam emitidas.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas pela Entidade de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Conforme estabelecido no CPC PME Seção 11 - Instrumentos Financeiros Básicos, parágrafo 11.21, o modelo de negócio adotado pelo Instituto utiliza seus ativos até o vencimento de forma a receber fluxo de caixa contratual. A forma de participação não trabalha com negociação nem venda de ativos financeiros. Assim está enquadrada em outros tipos a forma de avaliação dos seus ativos e passivos financeiros o qual realiza seus registros pelo custo de aquisição atualizado menos as perdas prováveis (custo amortizado).

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e obrigações com recursos de projetos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação.

Esses ativos são avaliados pelo valor de mercado atual, que consiste no valor da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social. São considerados equivalentes de caixa devido ao seu alto grau de liquidez e ao risco insignificante de alteração no valor no curto prazo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são apresentados separadamente na nota explicativa do ativo imobilizado como "bens com restrições de uso".

Os bens com restrições de uso são registrados no momento em que há a saída de recursos bancários, em contrapartida do passivo circulante de "Obrigações com recursos de projetos". Simultaneamente é feito o registro do bem no ativo imobilizado (bens com restrições de uso), em contrapartida do passivo não circulante "Obrigações com recursos de projetos".

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### (ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### (iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens com restrições (destinados exclusivamente para execução de projetos) é registrada em conta redutora do imobilizado, em contrapartida da conta de “obrigações com recursos de projetos” no passivo não circulante, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração avalia anualmente os triggers de *impairment* para avaliar a necessidade de revisão do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

f. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, o Instituto calcula 1/12 avos acrescidos de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

h. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é realizado de acordo com o regime contábil de competência do exercício, o que significa que são registradas no período em que são geradas, independentemente do momento em que o fluxo de caixa é recebido ou pago.

As informações sobre as receitas e despesas operacionais atendem às diretrizes estabelecidas na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros. Esta interpretação aborda a divulgação de receitas e despesas por tipo de atividades e adota características semelhantes à demonstração do resultado por natureza, conforme exigido pelos novos pronunciamentos contábeis.

i. Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica "Obrigações com recursos de projetos" quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

j. Reconhecimento de receitas e custos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa, a crédito de gastos a realizar em "Obrigações com recursos de projetos" no passivo circulante;
- Consumo como custo: Quando ocorrem gastos com projetos, a conta de "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante, é debitada em contrapartida do passivo de fornecedores (para posterior liquidação financeira). Simultaneamente é registrado no resultado os custos com restrições em contrapartida das receitas com restrições;
- Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados;
- Taxa de administração: A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos;
- Doações e subvenções recebidas: As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- Juros ativos e passivos;

- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

#### I. Tributação

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre a receita líquida.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto se beneficia, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias, conforme CF/88, Art. 195, parágrafo sétimo.

#### 3.8 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

O CFC emitiu em separado a Norma para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), conjunto esse composto por sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas. Esta Norma é denominada: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

O termo empresas de pequeno e médio porte adotado nesta Norma não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

O CFC espera propor alterações pela publicação de minuta para discussão periodicamente, mas não mais frequentemente do que aproximadamente uma vez a cada três anos. No desenvolvimento dessas minutas para discussão, ele espera considerar as novas normas e as alterações aos existentes, assim como problemas específicos que tenham sido trazidos à sua atenção a respeito da aplicação desta norma. De acordo com a ocasião, ele pode identificar um problema urgente para o qual uma alteração possa precisar ser considerada fora do processo de revisão periódica. Entretanto, espera-se que essas ocasiões sejam raras.

Até que esta norma seja alterada, quaisquer mudanças que o CFC possa fazer ou propor com respeito as suas normas, interpretações e comunicados técnicos não se aplicam à Contabilidade para PMEs. Alterações feitas nas normas completas (full CPC) não se aplicam a norma, enquanto ela não for alterada. Esta norma é um documento individual. Alterações feitas nas normas completas (full CPC) não se aplicam a esta norma antes que essas alterações sejam incorporadas a esta norma, salvo se, na falta de orientação específica nesta norma, a entidade decidir aplicar a orientação das normas completas (full CPC) e esses princípios não entrarem em conflito com os requisitos na hierarquia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Recursos sem restrições		
Bancos conta movimento	1.188	-
Aplicações financeiras (a)	2	2
	<u>1.190</u>	<u>2</u>
Recursos com restrições		
Bancos conta movimento	6.188	5.895
Aplicações financeiras (a)	27.498	3.440
	<u>33.686</u>	<u>9.335</u>
	<u>34.876</u>	<u>9.337</u>

(a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e 6,7% conforme Taxa Referencial "TR" onde rendeu o montante de R\$ 2.935 em 2023 (R\$ 394 em 2022, sendo R\$ 51 sem restrição). Abaixo a abertura das contas de aplicações:

	2023	2022
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	27.498	3.440
Poupança	2	2
	<u>27.500</u>	<u>3.442</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais, mas não tem restrições quanto a sua movimentação junto as instituições financeiras.

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos, rendendo R\$ 2.645 em 2023 (R\$ 343 em 2022). Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras, vide notas explicativas nº 7 e nº 14.

5. Adiantamentos

	2023	2022
Adiantamentos a parceiros (a)	630	265
Adiantamentos de viagens	24	55
Adiantamentos a funcionários	36	41
Adiantamentos a fornecedores	77	42
Outros	142	150
	<u>909</u>	<u>552</u>

(a) Recursos adiantados a terceiros que prestam serviços durante a execução de projetos.

6. Imobilizado

a. Imobilizado sem restrições

Descrição	Movimentação				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	145	-	-	-	145
Máquinas e equipamentos	94	-	(17)	-	94
Equipamentos de comunicação	129	-	-	-	129
Equipamentos de computação	372	-	(211)	-	372
Móveis e utensílios	241	-	(1)	-	241
Total do Custo	<u>982</u>	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>-</u>	<u>982</u>
Benfeitorias e instalações	(31)	(4)	-	-	(31)
Máquinas e equipamentos	(85)	(2)	16	-	(85)
Equipamentos de comunicação	(116)	(3)	-	-	(116)
Equipamentos de computação	(365)	(1)	202	-	(365)
Móveis e utensílios	(233)	(5)	2	-	(233)
Depreciação Acumulada	<u>(830)</u>	<u>(15)</u>	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>(830)</u>
Saldo contábil, líquido, sem restrições	<u>152</u>	<u>(15)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>152</u>

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Movimentação				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	145	-	-	-	145
Máquinas e equipamentos	94	4	(10)	-	88
Equipamentos de comunicação	129	4	-	-	133
Equipamentos de computação	372	2	(24)	-	350
Móveis e utensílios	241	3	(4)	-	240
Total do Custo	982	13	(38)	-	956
Benfeitorias e instalações	(31)	(4)	-	-	(35)
Máquinas e equipamentos	(85)	(1)	10	-	(76)
Equipamentos de comunicação	(116)	(3)	-	-	(119)
Equipamentos de computação	(365)	(2)	24	-	(343)
Móveis e utensílios	(233)	(5)	4	-	(234)
Depreciação Acumulada	(830)	(15)	38	-	(807)
Saldo contábil, líquido, sem restrições	152	(2)	-	-	149

Itens do imobilizado sem restrição do instituto são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

As aquisições são oriundas de recursos próprios ou de destinações ao final de projetos que possibilitam a transferência do ativo para o instituto. O saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

b. Imobilizado com restrição

Descrição	Movimentação				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	104	39	-	-	143
Veículos	118	288	-	-	406
Máquinas e equipamentos	384	26	(19)	-	391
Equipamentos de comunicação	84	47	-	-	131
Equipamentos de computação	1.467	266	(60)	-	1.673
Móveis e utensílios	109	8	-	-	117
Total do Custo	2.266	674	(79)	-	2.861
Benfeitorias e instalações	(20)	(3)	-	-	(23)
Veículos	(118)	(25)	-	-	(143)
Máquinas e equipamentos	(93)	(35)	10	-	(118)
Equipamentos de comunicação	(39)	(8)	-	-	(46)
Equipamentos de computação	(977)	(214)	60	-	(132)
Móveis e utensílios	(72)	(14)	-	-	(86)
Depreciação Acumulada	(1.319)	(299)	70	-	(1.548)
Saldo contábil, líquido, com restrições	947	375	(9)	-	1.313
Imobilizado total líquido (a+b)	1.123	360	(18)	-	1.465

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Movimentação				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	143	-	(24)	-	119
Veículos	406	147	(25)	-	528
Máquinas e equipamentos	391	34	(172)	-	253
Equipamentos de comunicação	131	56	-	-	187
Equipamentos de computação	1.673	142	(133)	-	1.683
Móveis e utensílios	117	3	(8)	-	112
Total do Custo	2.861	382	(362)	-	2.882
Benfeitorias e instalações	(23)	(3)	1	-	(25)
Veículos	(143)	(31)	-	-	(174)
Máquinas e equipamentos	(118)	(28)	42	-	(105)
Equipamentos de comunicação	(46)	(14)	-	-	(60)
Equipamentos de computação	(1.132)	(246)	92	-	(1.286)
Móveis e utensílios	(86)	(14)	5	-	(95)
Depreciação Acumulada	(1.548)	(336)	140	-	(1.746)
Saldo contábil, líquido, com restrições	1.313	46	(222)	-	1.136
Imobilizado total líquido (a+b)	1.465	44	(222)	-	1.285

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos.

A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, se doado ao Instituto, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

## 7. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

O movimento financeiro das obrigações com recursos estão apresentados a seguir:

Descrição	nota explicativa	2022		
		Recurso com Restrição	Recurso sem restrição	Total Executado
<b>Captação de recursos</b>				
Repasse para projetos	7.a	14.839	-	14.839
Receitas financeiras	7.b e 14	343	51	394
Taxa administrativa	11	-	100	100
Doações	11	-	15	15
Receitas diversas	11	-	-	-
Receita de serviços	11	-	502	502
Deduções	11	-	(25)	(25)
<b>Total - captação operacional</b>		<b>15.182</b>	<b>643</b>	<b>15.825</b>
<b>Utilização de recursos</b>				
Salários, encargos e benefícios	7.b e 12 (i)	(6.282)	-	(6.282)
Consultorias e serviços	7.b	(6.887)	(272)	(7.159)
Imobilizado	6.b	(674)	-	(674)
Despesas com Viagens	7.b	(1.381)	(1)	(1.382)
Publicação/disseminação/eventos		(122)	-	(122)
Outros custos diretos	7.b	(5.338)	-	(5.338)
<b>Total - utilizado operacional</b>		<b>(20.684)</b>	<b>(273)</b>	<b>(20.957)</b>
<b>2023</b>				
Descrição	nota explicativa	Recurso com Restrição	Recurso sem restrição	Total Executado
<b>Captação de recursos</b>				
Repasse para projetos	7.a	45.448	-	45.448
Receitas financeiras	7.b e 14	2.645	290	2.935
Taxa administrativa	11	-	-	-
Doações	11	-	-	-
Receitas diversas	11	-	67	67
Receita de serviços	11	-	408	408
Deduções	11	-	(192)	(192)
<b>Total - captação operacional</b>		<b>48.093</b>	<b>572</b>	<b>48.664</b>
<b>Utilização de recursos</b>				
Salários, encargos e benefícios	7.b e 12 (i)	(7.546)	-	(7.546)
Consultorias e serviços	7.b	(8.368)	(172)	(8.540)
Imobilizado	6.b	(382)	(13)	(495)
Despesas com Viagens	7.b	(1.586)	(33)	(1.619)
Publicação/disseminação/eventos		(74)	-	(74)
Outros custos diretos	7.b	(4.237)	(111)	(4.348)
<b>Total - utilizado operacional</b>		<b>(22.192)</b>	<b>(329)</b>	<b>(22.699)</b>

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

a. Repasses recebidos por financiadores

Os repasses e suas respectivas atualizações estão apresentados a seguir:

Descrição do financiador/projeto	2022		Total
	Repasses	Rendimento	
NORAD 2021- 2025	5.360	1	5.361
INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	4.214	-	4.214
INST ARAPYAUÍ DE EDUCAÇÃO E DESENVOL SUSTENTÁVEL	1.800	-	1.800
SKOLL FOUNDATION	1.288	-	1.289
USDA, FOREST SERVICE PROGRAMAS INTERNACIONAIS	567	-	567
INSTITUTO EL BIEN COMUM - IBC	553	-	553
IPE - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS	335	10	345
ASSOCIAÇÃO VALE P/ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	237	-	237
ENEVA SA	199	-	199
REGNSKOGSFÖRENINGEN	104	-	104
WWF BRASIL	100	-	100
CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE	51	-	51
CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE	-	80	80
THE WELLBEING PROJECT	30	-	30
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESEN. ECON. E SOCIAL	-	292	292
<b>Total</b>	<b>14.839</b>	<b>383</b>	<b>15.223</b>

Descrição do financiador/projeto	2023		Total
	Repasses	Rendimento	
CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE	27.476	2.434	29.910
NORAD 2021- 2025	4.267	72	4.340
INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	2.977	7	2.984
INST ARAPYAUÍ DE EDUCAÇÃO E DESENVOL SUSTENTÁVEL	2.051	1	2.052
IPE - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS	1.700	14	1.714
FOUNDATION TO PROMOTE OPEN SOCIETY	1.670	-	1.670
INSTITUTO EL BIEN COMUM - IBC	1.520	-	1.520
VALE S.A.	2.125	1	2.126
WRI - WORLD RESOURCES INSTITUTE 'S	518	-	518
REGNSKOGSFÖRENINGEN	265	-	265
INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - IPAM	350	-	350
ENEVA SA	284	1	284
ENVIRONMETAL DEFENSE FUND	245	-	245
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESEN. ECON. E SOCIAL	-	109	109
SKOLL FOUNDATION	-	6	6
<b>Total</b>	<b>45.448</b>	<b>2.645</b>	<b>48.093</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

b. Utilização de recursos por categoria

Os respasses de projetos são utilizados para manutenção das operações e elencados conforme as categorias a seguir, a totalidade dos recursos utilizados são correspondentes as receitas e custos com restrição conforme políticas materias "i. Recursos de projetos" e "j. Reconhecimento de receitas", demonstrados a seguir a movimentação do exercício.

	Notas	2023	2022
Saldo inicial		8.018	13.863
Recebimentos com restrições	7	45.448	14.839
Rendimentos com restrição		2.645	343
		<u>56.111</u>	<u>29.045</u>
Utilizações em projetos			
Salários, encargos e benefícios dos projetos	12 (i)	(7.546)	(6.282)
Consultorias e serviços	7 e 12 (ii)	(8.368)	(6.887)
Imobilizado	6.b	(562)	(674)
Despesas com viagem	7	(1.586)	(1.381)
Publicação, disseminação e eventos		(74)	(122)
Despesas com aluguel		(323)	(318)
Utilidades e serviços		(110)	(98)
Despesas com fretes		-	(3)
Impostos e taxas		(22)	(25)
Despesas com comunicação		(520)	(482)
Despesas com materiais		(36)	(16)
Despesas financeiras		(484)	(295)
Despesas com seguros		(87)	(60)
Despesas com manutenção		(47)	(50)
Reembolsos de refeições		(6)	(19)
Taxa Administrativa		-	(100)
Repasses a subcontratos		(2.601)	(4.215)
		<u>(22.372)</u>	<u>(21.027)</u>
Saldo líquido, passivo circulante		<u>33.737</u>	<u>8.018</u>

8. Provisão para contingências judiciais

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Instituto.

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2023 por igual a 2022.

Conforme as Normas Contábeis do CPC PME, nenhuma provisão é reconhecida e nenhuma divulgação é exigida quando a probabilidade de perda é remota. Portanto, os registros contábeis não incluem os processos com prognóstico remoto conforme demonstrado no relatório jurídico

#### 9. Partes relacionadas

O Instituto por ser uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, define como partes relacionadas o pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2023, não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis, sendo apresentado abaixo a remuneração desembolsada para data base.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	1.167	1.100
	<u>1.167</u>	<u>1.100</u>

#### 10. Patrimônio social líquido

##### Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto na data base é de R\$ 1.272 (R\$ 1.177 em 2022) é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício.

O superávit do exercício R\$ 96 (déficit R\$ 352 em 2022), foi transferido para conta de patrimônio social, conforme determinação estatutária, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1).

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

### 11. Receitas Líquidas

	2023	2022
Receitas com restrições (i)	20.628	19.521
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	1.744	1.001
Sub total com restrição	22.372	20.522
Receitas diversas e outras	67	115
Receitas com prestação de serviços	408	502
(-) Deduções		
COFINS/ISS	(194)	(25)
Sub total sem restrição	281	592
Total	<u>22.653</u>	<u>21.114</u>

(i) e (ii) Receitas, por financiador (com restrições/doações e taxas de administração):

	2023	2022
Climate and Land Use Alliance (a)	4.686	3.614
NORAD (b)	4.455	5.847
Instituto Clima e Sociedade (c)	3.299	1.092
Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento (d)	2.458	1.803
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESEN ECON. SOCIAL	1.758	2.266
IPE Instituto de Pesquisa Ecológicas (e)	1.426	57
Associação Vale Desenv. Sustentável/Vale S/A.	927	288
Skoll Foundation	680	633
Gordon and Betty Moore Foundation	625	1.030
Instituto El Bien Comum IBC	616	305
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	327	-
Foundation To Promote Open Society	324	1.165
ENEVA SA	303	152
WRI World Resources Institute's	264	134
Environmental Defense Fund-EDF	137	-
Regnskogsforeningen	68	308
The Wellbeing Project	10	39
Facebook Serviços Online do Brasil	6	336
Itaú Unibanco S/A	2	288
REWILD	-	407
Instituto Alcoa APS Juruti	-	377
U.S. Forest Service International Programs (e)	-	270
WWF BRASIL	-	38
Global Wildlife Conservation	-	33
Plural Gestão de Recursos	-	20
Fundação Britidoc	-	19
Outros	-	1
Total (i) e (ii) - Saída de Projetos	<u>22.372</u>	<u>20.522</u>

(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- Taxas não previstas - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos";
- Taxas mistas - São previstas nos contratos e com especificação de determinados gastos na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos"; e
- Taxas previstas - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de "Overhead".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

(a) Climate And Land Use Alliance

1 - Contribuição para reverter a taxa de desmatamento para os níveis de 2012 ou menos, e incentivar usos mais sustentáveis e produtivos da terra por meio de trabalho científico e diálogo com a sociedade.

2 - Dar continuidade ao trabalho do Imazon no apoio técnico aos Ministérios Públicos Estaduais e Secretarias Municipais de Meio Ambiente no uso de dados de risco de desmatamento em seus esforços para prevenir o desmatamento e a exploração ilegal de madeira na Amazônia brasileira.

(b) NORAD - Norwegian Agency for Development Cooperation

O projeto cujo título é Transparência do mercado e aplicação da lei para a conservação da Floresta Amazônica tem como principal objetivo reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia Brasileira para os níveis de 2012 e também aumentar a adoção de um uso mais sustentável da terra.

(c) Instituto Clima e Sociedade - ICS

- 1- Analisar o impacto do programa Amazônia Protege na punição de desmatamento ilegal; contribuição para a punição de desmatamento ilegal judicialmente e ampliação do conhecimento sobre a atuação do judiciário no tratamento de crimes ambientais na Amazônia Legal.
- 2- Atualização da avaliação do programa Amazônia Protege de responsabilização de desmatadores via Ações Cíveis Públicas (ACPs) e análise do combate à grilagem de terras pelo judiciário federal. No Amazônia Protege, o foco será no impacto das decisões recursais favoráveis às ACPs e no entendimento mais detalhado da percepção dos juizes sobre o programa. No tema de grilagem, o escopo é avaliar se o judiciário possui entendimento favorável à punição do crime previsto no Art. 20 da Lei 4.947/1966 e elaborar sugestões para uma estratégia de judicialização para combate à grilagem. Os resultados serão disseminados para a imprensa, MPF, judiciário e instituições envolvidas com estratégias de judicialização ambiental e climática.
- 3- Avanço com a disseminação estratégica da avaliação e suas recomendações junto ao Poder Judiciário, visando ampliar o número de sentenças condenatórias via aperfeiçoamento da aplicação da legislação e jurisprudência no tema. Além disso ampliação do alcance de recomendações da pesquisa com o desenvolvimento de propostas ao poder judiciário para melhorar a efetividade das sentenças para conservação e recuperação de áreas desmatadas no bioma Amazônia.
- 4- Possibilitar a continuidade e consolidação das ações de fortalecimento institucional, que reforçam a segurança digital e proteção do ciberespaço, dos fluxos de informação e o aprimoramento dos protocolos jurídicos, de comunicação e manutenção de práticas de bem-estar para todos e lançar o primeiro resultado do Projeto Radar Verde, que traz transparência às ações de varejistas e frigoríficos voltadas ao meio ambiente.
- 5- O projeto tem objetivos centrais apoiar a elaboração de estudos a serem publicados ao longo dos próximos dois anos (março/2023 a fevereiro/2025) e apoiar a elaboração de políticas públicas na esfera nacional e subnacional a partir dos estudos realizados.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

### (d) Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável

- 1- Desenvolver os produtos da Coleção 8 do MapBiomias para o Bioma Amazônia, dar suporte à implementação do MapBiomias Alerta e apoio ao MapBiomias na região Pan-Tropical.
- 2- Manutenção operacional o mapeamento mensal da superfície de água dos biomas brasileiros no período do projeto; avanço na integração dos dados com a Agência Nacional de Águas (ANA); continuidade com a estratégia de engajamento de usuários para o uso dos dados para subsidiar a gestão sustentável de recursos hídricos; apoio a expansão do MapBiomias Água a América do Sul; e implementar ações de comunicação para impacto sobre o tema de água, com ênfase em mudanças climáticas e uso da terra.

### (e) Ipê Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Promover a efetividade da gestão de 86 (oitenta e seis) áreas protegidas, entre unidades de conservação e terras indígenas, de aproximadamente 80 milhões de hectares.

## 12. Custos operacionais

	2023	2022
Custo sem restrição		
Salários e encargos sociais (i)	(68)	(69)
	<u>(68)</u>	<u>(69)</u>
Custo com restrição		
Salários e encargos sociais (i)	(7.546)	(6.282)
Serviços prestados por terceiros	(14.826)	(14.240)
	<u>(22.372)</u>	<u>(20.522)</u>

### (i) Salários e encargos sociais:

	Sem restrição 2023	Sem restrição 2022	Com restrição 2023	Com restrição 2022
Salários	-	-	(3.172)	(2.668)
INS	-	-	(781)	(918)
Vale-Aliment/Transp	-	-	(878)	(748)
Assistência médica	-	-	(582)	(429)
Férias	(68)	(69)	(601)	(279)
Gratificações/Bonus	-	-	(407)	(379)
FGTS	-	-	(337)	(288)
13º salário	-	-	(334)	(292)
Seguro de vida	-	-	(144)	(111)
Remuneração estágio	-	-	(82)	(85)
PIS	-	-	(43)	(36)
Multa Resc/Indeniz	-	-	(167)	(27)
Exames/Medicamentos	-	-	(17)	(22)
	<u>(68)</u>	<u>(69)</u>	<u>(7.546)</u>	<u>(6.282)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

13. Despesas administrativas

	2023	2022
Viagens	(33)	(2)
Aluguel	(35)	(28)
Publicação, disseminação e eventos	-	(1)
Impostos e taxas	(5)	(5)
Depreciação e amortização	(14)	(16)
Seguros	-	(5)
Comunicação	(1)	(170)
Despesas com consultoria e serviços	(172)	(547)
Outras despesas administrativas	(14)	(50)
	<u>(274)</u>	<u>(824)</u>

14. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Juros sobre aplicações financeiras	290	51
Total das receitas financeiras	<u>290</u>	<u>51</u>
Juros e despesas bancárias	(133)	(102)
Total das despesas financeiras	<u>(133)</u>	<u>(102)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>157</u>	<u>(51)</u>

15. Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras;
- Fornecedores.

As atividades do Instituto o expõem aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários.

O Instituto aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pelos valores contábeis.

Ativos financeiros	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	34.876	9.337
	<u>34.876</u>	<u>9.337</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	2023	2022
Passivos financeiros		
Fornecedores	45	151
	<u>45</u>	<u>151</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. Conforme comentado na nota explicativa nº 4, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em certificados de depósitos bancários indexados ao CDI e poupança com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

16. Cobertura de seguros

O Instituto possui seguros para salvaguardar os seus ativos de eventuais sinistros, devido à administração entender como necessário em virtude do perfil atual de seus ativos.

As coberturas, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes suficientes para cobrir eventuais perdas com sinistros.

As premissas de riscos adotadas pelo Instituto, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Categorias Seguradas	R\$
Incêndio de bens do imobilizado	<u>87</u>

Administração da  
Entidade

---

Verônica Oki  
Igacihalaguti  
Diretora Administrativa

---

Ritaumaria de Jesus  
Pereira  
Diretora Executiva

---

Gian Carlo Cruz  
Toppino  
Contador CRC/PA  
011577/O-0